

# **Protagonismo e participação política de povos indígenas no ciberespaço<sup>1</sup>**

Cristiane Modesto do Nascimento  
Universidade Federal do Pará

## **INTRODUÇÃO**

O objetivo do presente estudo foi a análise do Movimento Indígena nacional e a interação dos povos originários com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS), buscando compreender os impactos e influências que essas ferramentas geram nas formas organizacionais do movimento indígena brasileiro.

Tomando por base o método “netnográfico” como instrumento de investigação, consultei as mídias digitais que se configuram grandes espaços de atuação do Movimento indígena nacional. Consultei também perfis de indígenas de várias localidades do país, afim de analisar suas relações com as TICs, e as influências que essas geram nas lutas pessoais desses indivíduos. Entende-se por netnografia:

“Uma forma especializada de etnografia e utiliza comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural na Internet. Sua abordagem é adaptada para estudar fóruns, grupos de notícias, blogs, redes sociais etc.” (SILVA, 2015, p.335)

Além de realizar o levantamento bibliográfico acerca do movimento indígena brasileiro e do ciberativismo indígena.

## **Movimento Indígena**

A luta pela autonomia política ao longo dos anos proporcionou aos povos originários participarem ativamente nos processos de tomada de decisões que envolvem suas demandas. Várias conquistas puderam ser observadas a partir de então, diferente do que ocorreu desde o início da interação entre indígenas e não indígenas. Essa interação foi marcada, inicialmente, por diversas formas de dominação que objetivavam adequar as populações originárias à cultura europeia, visando torná-los súditos do rei, mão de obra da colônia e fiéis/religiosos para os missionários.

No entanto, nesse processo, as sociedades originárias não foram totalmente passivas, se “rebelando” contra o Estado, abandonando o lugar de meras vítimas da colonização e lutando pela sua sobrevivência. As diversas formas de resistência, armadas ou não, adotadas pelos povos originários durante a Colônia, o Império e a República

---

<sup>1</sup> “Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022

garantiram sua sobrevivência, contrapondo as teorias de diversos estudiosos que garantiam que os povos originários, até o século XXI, não mais existiriam.

Já na década de 1970 os povos indígenas presentes no Brasil, passaram a organizar-se de forma mais contundente dando os primeiros passos rumo a institucionalização de um “Movimento Integrado e dirigido por lideranças indígenas”. Os povos nativos, partindo de mobilizações conjuntas contra as ondas de repressões sociais que vinham sofrendo há séculos, começaram a sistematizar suas lutas, com o objetivo de garantir, efetivar e defender seus direitos.

Dessa forma, os povos originários, orientados por Organizações não governamentais e, principalmente, instituições religiosas que apoiavam a causa indígena, passaram a articular-se em reuniões denominadas de assembleias, que se concentravam, inicialmente, nas aldeias, sendo realizadas em outros polos regionais e capitais com o passar do tempo. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 276).

Esses encontros foram fundamentais para “revelar um conjunto de indígenas que funcionavam como porta-vozes das reivindicações de seus povos [...]. No início dos anos 1980, esse movimento ganhou ainda mais força e visibilidade, com os encontros, assembleias, passando a reunir também organizações não governamentais, antropólogos e outros interessados na temática indígena”. (ibid: 277)

O modo de atuação das assembleias indígenas visava sempre a criar e a legitimar uma intermediação com o universo dos brancos – ONGs, entidades de direitos humanos e opinião pública. Tal mediação era executada por uma liderança ou por um conjunto de lideranças, visando à obtenção de demandas coletivas, com destaque para a demarcação de terras, que deveriam vir a ser atendidas pela agência indigenista governamental, a Funai. As lideranças tornavam-se porta-vozes de denúncias e reivindicações, atuando por meio de entrevistas com as autoridades, entidades prestigiosas e meios de comunicação, ou mobilizando comitivas indígenas, que iam em caravana às sedes regionais da Funai ou a Brasília. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 277).

As assembleias, modalidades de articulação política, foram, então, adotadas e são utilizadas pelos povos indígenas, dentro e fora de suas comunidades, até os dias atuais. Sendo consideradas formas próprias de organização dessas populações e uma ferramenta de luta, que auxilia nos seus debates, estabelecimento de agendas. Nesses espaços também é possível uma interação com pessoas de diversas idades, as pautas e demandas do movimento indígena, além de auxiliar também planejamento de ações conjuntas com outros movimentos.

Essa maneira de os povos indígenas se organizarem em assembleia, debatendo os problemas sociais que os afetam e, posteriormente, enviando cartas às autoridades em Brasília, são formas próprias e legítimas de participação ativa na vida política brasileira. É expressão máxima da cidadania cultural, que

assumem símbolos variados, agregando a cultura indígena às práticas e rotinas próprias da atuação de agências estatais. (AMADO, 2020, p. 139).

As assembleias marcaram o nascimento de uma consciência “pan-indígena” (MUNDURUKU, 2012), essas organizações serviram de impulso para a união dos indígenas, que, apesar das diferenças entre si, juntaram-se em prol de ações que beneficiasse seus respectivos povos.

O processo de redemocratização do país, na segunda metade da década de 1980, e a promulgação da constituição de 1988, garantiram, pelo menos na teoria, uma série de direitos aos povos originários, se configurando como um dos maiores avanços no que se refere as leis destinadas a estes povos em 5 séculos, lhes assegurando a liberdade cultural e lhes dando condições para exercer sua etnicidade. Sobre a constituição de 1988, Munduruku (2010) assevera:

a demarcação de todas as terras indígenas, atendimento de saúde diferenciado, educação que levasse em conta seus processos pedagógicos próprios, seus sistemas de cura, seus ciclos de produção, suas redes de interação com o ambiente, seus conhecimentos e sabedorias próprios.

Apesar do avanço legal, o que se observa, ainda hoje, é a existência de uma série de decisões que põe em risco o direito desses povos, dessa forma. O Movimento Indígena, já consolidado, concentra-se em defender e manter os seus direitos, adquiridos e reconhecidos desde a Constituição Federal em 1988. Este movimento social agregou, na dinâmica de suas reivindicações, as novas formas de interação social, a exemplo, temos as Tecnologias de Informação e comunicação (TICS) constantemente utilizada pelos povos originários nas lutas, em defesa de seus direitos.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), referência do Movimento Indígena nacional, estando ciente dos benefícios que as TICs acarretam hoje para as mobilizações sociais, se utiliza do ciberativismo, “utilização da internet por movimentos politicamente motivados (Santos 2011, p.3 apud VEGH, 2003, p.71), para fomentar sua luta.

O ciberativismo indígena é fundamental nesse contexto de luta dos povos indígenas, pois possibilita uma organização e integração maior entre essas sociedades que estão espalhadas pelo Brasil, fortalecendo os movimentos de forma geral.

Possuindo uma comissão nacional permanente, a APIB é responsável por reunir as organizações indígenas e por pautar as reivindicações e demandas dos povos indígenas a nível nacional, mobilizando as organizações indígenas de diferentes regiões,

com informações concentradas em seu site, além de conter notícias de diversas ordens, informando aos povos originários sobre os processos relacionados aos seus direitos.

É também através das mídias sociais da APIB que várias manifestações indígenas em prol de seus direitos vêm sendo organizadas, surtindo um poder de alcance das informações a nível nacional e internacional, concentrando vários adeptos a lutarem em prol dos povos originários no Brasil e no mundo todo.

**Figura 1: Interface do site da APIB**



Fonte: <https://apiboficial.org/>

Atualmente a APIB lançou o web-site “Campanha Indígena” cujo objetivo é reunir em um só local, informações sobre as candidaturas indígenas nos pleitos políticos por todo o país, buscando gerar visibilidade e apoiar as candidatas e os candidatos indígenas que concorrem aos cargos nos poderes legislativos e executivos da federação. ‘Demarcando a política, na construção de uma sociedade mais plural e menos desigual’.

**Figura 2: Interface do site “Campanha Indígena”**



Fonte: <https://campanhaindigena.info/>

O movimento indígena em geral, vêm há anos criticando a política partidária ocupada por representantes que não dialogam com a causa indígena. Dessa forma, no intuito de fortalecer e construir uma rede de lideranças políticas partidárias para ocupar cargos nas câmaras municipais, estaduais e federais a campanha foi lançada, com site próprio, fora da plataforma da APIB, gerando visibilidade para a pauta eleitoral.

Seguindo na mesma linha, que a APIB, têm-se o “Parlaíndio”, que se configura em um Parlamento Indígena alternativo, organizado de acordo com a lógicas de liderança dos povos originários para assegurar “assegurar a representatividade política e dar voz aos povos originários do Brasil”. O Parlaíndio, fundado em 2017, foi idealizado por algumas das maiores lideranças indígenas do país, pela falta de representatividade indígena no congresso, até aquele ano, 2017, somente um indígena havia sido eleito para o congresso em quase 30 anos de democracia. A principal missão do Parlaíndio

**Figura 3: Interface do site Parlaíndio**



Fonte: <https://www.parlaindiobrasil.com.br/sobre>

Através de reuniões digitais livre para todos os interessados na questão indígena, os representantes do Parlamento Indígena discutem política, temas atuais e possíveis soluções para os problemas que assolam comunidades e povos originários, dando voz e visibilidades às lideranças indígenas tradicionais.

Outra rede do movimento Indígena que possui site próprio é a Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade ANMIGA Composta por mulheres indígenas a ANMIGA promove diálogos de fortalecimento com todo o movimento de

lideranças mulheres indígenas que se encontram dentro ou fora das aldeias por todo o território nacional. Cabe ressaltar, que as “mulheres originárias da terra” sempre estiveram inseridas no movimento indígena, desde a sua articulação até a sua consolidação como movimento social.

Participando ativamente das pautas de lutas que permeiam as demandas étnicas dos povos indígenas, assim como as demandas específicas que englobam as suas reivindicações de gênero e raça. As mulheres indígenas cada vez mais articuladas em organizações próprias, como a ANMIGA e várias outras, lutam para serem reconhecidas dentro e fora das bases.

**Figura 4: Interface do site ANMIGA**



**Fonte:**

Seguindo o exemplo da APIB, Parlaíndio e a Anmiga, o Instituto Juma Xipaya, está presente nas várias plataformas digitais (perfis em redes sociais, blogs, sites e afins) que se configuram como ferramentas de luta, para auxiliar na aquisição de direitos aos povos indígenas.

Criado em 2020, o Instituto foi idealizado por Juma Xipaya, para protestar contra os efeitos da Hidrelétrica de Belo Monte que desde a sua implementação destruiu biomas, territórios sagrados para os povos originários, etc. Juma é a primeira mulher cacique da etnia Xipaya, além de ser a primeira pessoa da etnia Xipaya a discursar na sede da Organização das Nações Unidas. Mesmo com a pouca idade, 24 anos, dedicou metade da sua vida na luta pela igualdade de gênero e autonomia dos povos indígenas, sendo alvo de diversos atentados desde então, ficando exilada no exterior por pouco mais de um ano. Sua militância é observada também em suas mídias sociais digitais.

Em abril de 2022, publicou em seu perfil pessoal um apelo, pedindo ajuda após a invasão de garimpeiros em sua Terra Indígena, Karimã em Altamira-PA. No mesmo vídeo, Juma denunciou a agressão cometida pelos invasores contra seu pessoas do seu povo e seu conseqüentemente seu pai. Juma pediu para que todos que estivessem assistindo o vídeo, que o compartilhassem e ajudassem o seu apelo a chegar até os órgãos competentes, já que o ocorrido se deu durante a páscoa e as muitas das autoridades competentes estavam de recesso por conta do feriado.

**Figura 4: Interface do site**



O apelo de Juma através da sua conta na mídia social Instagram foi compartilhado por milhares de pessoas, a nível nacional e internacional, mostrando a potência que essas mídias exercem nas denúncias dos povos indígenas. (concertar)

Vale ressaltar a atuação política dos influencers indígenas nas mídias digitais que acumulam milhares de seguidores, e através de suas postagens, evidenciam a luta do movimento indígena, as pautas recorrentes que envolvem os povos originários, etc.

A presença de influencers indígenas nas mídias digitais contribui para quebrar estereótipos e preconceitos acerca dessas populações

### **Notas Conclusivas**

O movimento Indígena encontra-se cada vez mais organizado, e as populações indígenas sendo contadores de sua própria história, que outrora foi promovida por historiadores, pesquisadores, pelo estado e a mídia em geral

A internet é encarada por muitas pessoas como um ambiente de recreação, no entanto para os povos indígenas que incorporaram as TICs nas reivindicações em defesa de seus

direitos, é diferente. Os povos originários estando cientes dos efeitos que os uso dessas ferramentas geram em suas mobilizações, transformaram-nas em “armas de lutas”.

O movimento Indígena encontra-se cada vez mais organizado, e as populações indígenas sendo contadores de sua própria história, que outrora foi promovida por historiadores, pesquisadores, pelo estado e a mídia em geral.

A internet contribui como ambiente de interações comunicativas que reforçam a cidadania dos indígenas em suas várias demandas, dessa forma, saber se comunicar online ganhou status de ferramenta principal para a articulação as ações coletivas (CARDOSO, 2014; GOHN, 2012) e é assim que observamos cada vez mais a criação a criação de perfis online entre os povos indígenas afim de gerenciarem suas ações na web. As TICS potencializam a luta dos povos originários, o conteúdo audiovisual publicadas nas diversas plataformas digitais, passam a ter uma importância fundamental para os povos indígenas, são estratégias de auto-representação dessas culturas perante os não indígenas reforçando que “estão aqui e que merecem respeito”.

As TICS possuem um papel fundamental nas manifestações dos povos indígenas em rede contribuindo na mediação e organização de suas manifestações políticas, as plataformas digitais servem para evidenciar essa luta diária contra todas as formas de opressão. O uso dessas ferramentas contribuem para a organização, comunicação e mobilização das sociedades indígenas na luta em defesa de seus direitos, são os “arcos e flechas” da atualidade.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Luiz Henrique Eloy. Vukápanavo: o despertar do povo terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. (Capítulo 4, p. 189- 226)

MUNDURUKU, Daniel. O Caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)- São Paulo: Paulinas, 2012. (coleção Educação em foco. Série, educação, história e cultura).

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Prefácio. In: O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: (cap utilizados. I, IV e VII).

SANTOS, F. J. A.. O ciberativismo como ferramenta de grandes mobilizações humanas: das revoltas no Oriente Médio às ações pacíficas do Greenpeace no Brasil. Revista Anagrama (USP), v. 21, p. 1-7, 2011.

SILVA, SUELEN DE AGUIAR. **Desvelando a Netnografia: um guia teórico e prático.** Intercom (São Paulo. Online), v. 38, p. 339-342, 2015.

SITES:

<https://anmiga.org/>

<https://apiboficial.org/>

<https://campanhaindigena.info/>